



# Principais Alterações na Legislação Tributária Federal introduzidas pela Medida Provisória Nº 66, convertida na Lei Nº 10.637 em 30/12/2002

## 1 – Do PIS / PASEP

Relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de dezembro de 2002:

### Base de Cálculo

O fato gerador e a base de cálculo para a contribuição é o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil (compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica). A contribuição deixou de ser cumulativa, excluindo-se da base de cálculo as receitas:

- decorrentes de saídas isentas da contribuição ou sujeitas à alíquota zero;
- auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária;
- de venda dos produtos de que tratam as Leis nº 9.990, de 21 de julho de 2000, nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, e nº 10.485, de 3 de julho de 2002, ou quaisquer outras submetidas à incidência monofásica da contribuição;
- referentes a vendas canceladas e aos descontos incondicionais concedidos;
- referentes a reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita.

### Alíquota

A alíquota passou a ser de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) aplicados sobre a base de cálculo apurada.

### Deduções

Do valor apurado na forma acima definida, a pessoa jurídica poderá descontar créditos conforme relação abaixo, a serem calculados mediante a aplicação da alíquota de 1,65% sobre o valor de:

- bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos adquiridos pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária e de venda dos produtos de que tratam as Leis nº 9.990, de 21 de julho de 2000, nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, e nº 10.485, de 3 de julho de 2002, ou quaisquer outras submetidas à incidência monofásica da contribuição, adquiridos no mês;
- bens e serviços utilizados como insumo na fabricação de produtos destinados à venda ou à prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes, adquiridos no mês;
- aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa, incorridos no mês;
- despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), incorridos no mês;
- máquinas e equipamentos adquiridos para utilização na fabricação de produtos destinados à venda, bem como a outros bens incorporados ao ativo imobilizado; dos encargos de depreciação e amortização dos bens mencionados, incorridos no mês;